CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Há coincidência entre gastos com 'Dark Horse' e o envio de emendas parlamentares para empresas da produtora do filme, diz PF

O relatório da Polícia Federal afirma que o período das movimentações financeiras da produtora de Karina Gama coincide com a gravação do filme sobre Jair Bolsonaro e com o recebimento de repasses de dinheiro de diferentes remetentes, entre eles, Mario Frias.

Fonte original: g1. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	g1 (g1.globo.com)
Autor	Não identificado
Data de publicação	10/09/2026 21:33
URL original	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2026/09/10/ha-coincidencia-entre-gastos-com-dark-horse-e-o-envio-de-emendas-parlamentares-para-empresas-da-produtora-do-filme-diz-pf.ghtml
Relevância	Baixa · Cultura e cinema · Reportagem
Pessoas citadas	Mário Frias, Karina Gama, Flávio Dino, Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro Flávio Bolsonaro
Organizações	Polícia Federal, Academia Nacional de Cultura (ANC), Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Instituto Super Poder Educacional
Data da coleta	29/09/2026 10:05
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 19:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outra movimentação suspeita, segundo o relatório, foi da Complexsys.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / g1

RESUMO

A Polícia Federal afirmou que há coincidência entre os gastos com o filme "Dark Horse" e o envio de emendas parlamentares para empresas da produtora. Há coincidência entre gastos com 'Dark Horse' e o envio de emendas parlamentares para empresas da produtora do filme, diz PF — Foto: Jornal Nacional/ Reprodução Segundo a Polícia Federal, as movimentações financeiras da Go Up Entertainment revelam que a produtora de Karina Gama movimentou mais de R$ 19 milhões entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025.

A Polícia Federal afirmou que há coincidência entre os gastos com o filme "Dark Horse" e o envio de emendas parlamentares para empresas da produtora.

A investigação começou com auditorias da Controladoria-Geral da União. Elas levantaram suspeitas de que as duas emendas parlamentares do deputado Mario Frias, do Pl, podem ter ajudado a custear despesas do filme “Dark Horse”, cinebiografia sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Frias é o produtor executivo do filme.

No relatório que embasou a operação desta quarta-feira (10), a Polícia Federal primeiro apontou uma coincidência entre movimentações financeiras da Go Up Entertainment, de Karina Gama, empresa responsável pelo filme de Jair Bolsonaro, e o envio de dinheiro público por meio de emendas para uma ONG também presidida por Karina. A ONG ICB, Instituto Conhecer Brasil, recebeu duas emendas de Mário Frias, que somaram R$ 2 milhões, para projetos de educação digital e de esportes de combate.

A ONG também firmou, em 2024, um contrato de R$ 157 milhões com a Prefeitura de São Paulo para a instalação de wi-fi gratuito em comunidades de baixa renda. Em junho, a Polícia Civil de São Paulo fez uma operação para apurar a suspeita de que esses recursos tenham sido desviados para o filme. As informações sobre a investigação foram compartilhadas com a Polícia Federal, por determinação do ministro Flávio Dino.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Além da Go Up e do ICB, Karina Gama também é sócia da Conhecer Brasil, Assessoria, Produção e Marketing Cultural, e presidente da ONG Academia Nacional de Cultura, que também foi alvo da operação desta quinta-feira (10). As quatro têm o mesmo endereço e telefone cadastrados na Receita Federal.

Há coincidência entre gastos com 'Dark Horse' e o envio de emendas parlamentares para empresas da produtora do filme, diz PF — Foto: Jornal Nacional/ Reprodução

Segundo a Polícia Federal, as movimentações financeiras da Go Up Entertainment revelam que a produtora de Karina Gama movimentou mais de R$ 19 milhões entre 10 de novembro e 30 de dezembro de 2025. O relatório da PF afirma que o período dessas despesas coincide com a gravação do filme sobre Jair Bolsonaro, entre outubro e dezembro de 2025, e também com o recebimento de repasses de dinheiro de diferentes remetentes, entre eles o próprio deputado federal Mario Frias.

A polícia afirmou que “chama a atenção a coincidência temporal das gravações com o período da referida comunicação financeira, bem como a natureza das despesas, que envolvem hotel de alto padrão e refeições, além de despesas com produtoras”. A suspeita da Polícia Federal é de que a Go Up e as ONGs de Karina Gama, em conjunto com outros fornecedores, formaram uma estrutura de desvio e ocultação de recursos públicos.

De acordo com a investigação, uma das operações suspeitas foi da empresa NTT Brasil, de Heric Dias, que também foi alvo de buscas. Segundo a Polícia Federal, a NTT enviou R$ 750 mil para a Go Up, valor quase que exatamente correspondente aos R$ 700 mil que a Dinâmica Editora e o Instituto Super Poder Educacional, do mesmo grupo empresarial da NTT, receberam do ICB, de Karina Gama.

Essas empresas foram contratadas pelo ICB para desenvolverem um projeto educacional financiado por uma das emendas de Mario Frias, de R$ 1 milhão. O projeto não foi realizado no período previsto em contrato, de acordo com as investigações. A PF afirmou que, "embora os elementos disponíveis não permitam afirmar que os recursos transferidos pela NTT Brasil tenham origem direta nos valores recebidos do ICB, a coincidência entre os montantes e a proximidade temporal das operações são circunstâncias relevantes para a análise financeira".

O relatório destacou que o próprio Mario Frias transferiu R$ 645 mil diretamente para a Go Up. Os investigadores destacaram que o deputado recebe R$ 44 mil da Câmara, colocando em questão o lastro financeiro para dar suporte às transferências feitas para a pessoa jurídica de Karina Gama no curto espaço de menos de 60 dias.

A suspeita da Polícia Federal é de que a Go Up e as ONGs de Karina Gama, em conjunto com outros fornecedores, formaram uma estrutura de desvio e ocultação de recursos públicos — Foto: Jornal Nacional/ Reprodução

A investigação apontou que o ex-marqueteiro da campanha do senador Flávio Bolsonaro à Presidência, Marcello de Oliveira Lopes, repassou no final de 2025 R$ 1 milhão para a Go Up e que Karina Gama comprou, em janeiro de 2025, um carro à vista e pagou R$ 102 mil em dinheiro vivo. A alta quantia chamou a atenção do Coaf, que fez um alerta. No relatório da PF, o pagamento em dinheiro vivo é apresentado como uma informação financeira relevante no contexto da investigação.

Outra movimentação suspeita, segundo o relatório, foi da Complexsys. A PF disse que a empresa, formalmente contratada pelo ICB para a execução de projetos custeados por recursos públicos, recebeu transferências diretamente realizadas por Mario Frias e, paralelamente, efetuou devoluções financeiras ao

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

ICB. Além disso, repassou valores expressivos à ANC, também de Karina, organização da sociedade civil que não deveria ter fins lucrativos e que se insere no mesmo ecossistema operacional.

Segundo a Polícia Federal, "essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação".

Na decisão que autorizou a operação, o ministro Flávio Dino destacou a constatação da PF que coloca Mario Frias como "participante ativo da engrenagem financeira sob investigação, realizando movimentações incompatíveis com sua capacidade econômica conhecida e mantendo relações patrimoniais com integrantes do mesmo núcleo já identificado nas demais frentes investigativas".

A PF concluiu que há fortes indícios de uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas, na qual o deputado federal Mario Frias figura como agente central.

O deputado federal Mario Frias divulgou um vídeo nas redes sociais. Ele afirmou que a investigação é sobre emenda parlamentar pública, registrada, transparente e que pode ser consultada por qualquer pessoa no Portal da Transparência. Declarou, também, que a defesa dele pede há meses acesso ao inquérito e que não pode haver defesa sem ler a acusação.

Mario Frias afirmou que dinheiro de emenda parlamentar não passa pela mão do deputado, mas do Tesouro direto para o órgão executor; que pode enviar documentos à Controladoria-Geral da União. O deputado negou irregularidades, disse que só existem suspeitas e chamou a operação de cortina de fumaça. Declarou ainda que vai colaborar com as autoridades e entregar todos os documentos que forem solicitados.

Marcello de Oliveira Lopes afirmou que a transferência citada refere-se exclusivamente a um investimento privado dele na produção do filme "Dark Horse". Declarou que esse investimento foi realizado com recursos próprios, de forma regular, diretamente da conta dele, dentro da legalidade e devidamente formalizado em contrato adequado; e que permanece à disposição para esclarecimentos.

O Jornal Nacional não conseguiu contato com Heric Dias.

Atualização

O Jornal Nacional recebeu na noite desta quinta-feira (10) uma nota enviada pela defesa da produtora do filme "Dark Horse", sobre Jair Bolsonaro. Como mostramos no início desta edição, Karina Gama foi alvo de uma operação da Polícia Federal que apura suposto desvio em emendas parlamentares do deputado Mario Frias. A defesa dela afirma que ajuizou nesta quinta-feira (10) reclamação constitucional perante a presidência do Supremo Tribunal Federal. Afirmou que a cliente estava contribuindo espontânea e voluntariamente com a investigação e que entregou mais de 20 mil laudas de documentos.

A empresa Complexys também se manifestou. Informou que a operação da Polícia Federal vai comprovar que os recursos recebidos pela empresa não tiveram vínculo com o financiamento à produção do filme. A nota declara que uma perícia independente comprova que não existe relação entre o contrato da empresa com a produtora Go Up.

O que diz Flávio Bolsonaro

Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência — Foto: Jornal Nacional/ Reprodução

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência pelo PL, defendeu a execução do filme sobre o pai e acusou o ministro Flávio Dino de interferência nas eleições:

“Olha, não tem absolutamente nada de errado com esse filme. Não tem um centavo de dinheiro público. Eu já cansei de falar. Pode revirar do avesso, de cima para baixo, de trás para frente, de um lado para o outro, de ponta-cabeça, que não vai ter nada. O que tem claramente é uma tentativa de interferência política, mais uma vez, agora do ministro Flávio Dino, sobre as eleições. A única realidade é: qual o fundamento dessa operação? Político”.

LEIA TAMBÉM

- Andréia Sadi: PF faz operação para investigar suposto desvio de emendas para filme 'Dark Horse'

- Caso 'Dark Horse': veja argumentos de Dino para puxar apuração de SP contra Mario Frias para STF

- Caso 'Dark Horse': Dino proíbe Mario Frias de sair do país e ter contato com outros investigados

- Gastos com filme 'Dark Horse' coincidem com envio de emendas de Mario Frias para produtora, aponta PF

Fonte original: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2026/09/10/ha-coincidencia-entre-gastos-com-dark-horse-e-o-envio-de-emendas-parlamentares-para-empresas-da-produtora-do-filme-diz-pf.ghtml · Coletado em 29/09/2026 10:05 · Gerado em 29/11/2026 01:10

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.